

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA EM TORNO DA TEORIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	1
A) Dimensão Humanística do Processo Criminal	3
B) Garantismo como Corolário Lógico do Sistema Democrático-Constitucional da Constituição de 1988	9
C) Metodologia Empregada.....	12
D) Tratamento Dogmático do Assunto.....	13
E) Últimas Considerações à Guisa de Primeiras Palavras	22

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

CORRENTES FILOSÓFICAS NA FORMAÇÃO DO DIREITO CRIMINAL E SEUS REFLEXOS NO ORDENAMENTO PROCESSUAL PENAL.....	25
1.1 — Pensamento Natural ou Primitivo	32
1.1.1 — Vindita como Idéia Inicial do Poder-Dever de Punir	34
1.1.2 — Excessos da Vingança Privada e as Preocupações Quanto ao Estabelecimento de Limitações ao Exercício do Direito de Punir...	38
1.2 — Concepção Religiosa	42
1.3 — Concepção Política	46



1.3.1 — Direito Criminal como Forma de Dominação Política	48
1.3.2 — Primeiros Esboços da Doutrina Criminal	50
1.3.3 — Escola Clássica.....	53
1.3.3.1 — Pensamento Beccariano.....	59
1.3.3.2 — Predominância dos Direitos Essenciais do Homem sob a Modalidade de Princípios Processuais no Pensamento de BECCARIA	63
1.3.3.3 — Repercussões Iniciais do Pensamento Liberal-Democrático do Direito de Punir de BECCARIA	69
1.3.3.4 — Fase Jurídica da Escola Clássica	73
1.3.4 — Escola Positiva	78
1.3.4.1 — Determinismo Lombrosiano	80
1.3.4.2 — Idéia do Direito Criminal como Estatuto Repressivo, Conforme a Visão de FERRI	83
1.3.4.3 — Mutação do Processo Criminal Liberal para o Processo Repressivo, na �tica de GAROFALO	89
1.3.4.4 — Crítica ao Pensamento Repressivo do Positivismo Desfocado dos Parâmetros Democráticos	94
1.3.5 — Neoclassicismo	97
1.3.6 — Neopositivismo.....	104
1.3.7 — Escola Moderna Alemã	106
1.3.8 — Escola do Tecnicismo Jurídico-Penal	108
1.3.9 — Escola da Nova Defesa Social	111
1.3.9.1- A Doutrina da Escola da Nova Defesa Social na Perspectiva de MARC ANCEL.....	114
1.3.9.2- Visão Crítica da Escola da Nova Defesa Social.....	119
1.3.10 — Abolicionismo Penal Moderno-Democrático.....	121
1.4 — Reflexos das Correntes de Pensamento na Forma�o do Ordenamento Processual Penal Brasileiro	128
1.4.1 — Os Reflexos Iniciais do Pensamento Beccariano nas Regras Processuais Aplicadas no Brasil	132
1.4.2 — Código de Processo Criminal de 1832	137
1.4.3 — Predominância da Filosofia Liberal Beccariana na Feitura do Código de Processo Criminal de 1832.....	140
1.4.4 — O Viés Político-Filosófico-Repressivo do Código de Processo Penal de 1941, Instrumento Adequado para o Estado Ditatorial Forjado com o Golpe de 1937	145



CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR DO ESTADO.....	155
--	-----

CAPÍTULO 3

NORMATIZAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM.....	161
3.1 — Primeiros Fragmentos Normativos dos Direitos do Homem, como Decorrência das Declarações Inglesas	164
3.2 — Declarações Americanas.....	169
3.3 — Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: Revolução Francesa	182
3.4 — Internacionalização dos Direitos Fundamentais.....	186
3.5 — Constitucionalização dos Direitos do Homem	187

CAPÍTULO 4

HISTÓRICO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	193
4.1 — Época Imperial.....	193
4.2 — Período Republicano	201
4.2.1 — Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1891	205
4.2.2 — Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1934.....	207
4.2.3 — Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1937.....	209
4.2.4 — Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1946.....	214
4.2.5 — Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1967.....	216

CAPÍTULO 5

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	221
5.1 — Incompatibilidade dos Direitos Fundamentais no Paradigma do Estado Democrático Constitucional com a Doutrina Juspositivista.....	224
5.2 — Direitos Fundamentais na Estrutura do Estado Democrático Constitucional	228
5.3 — Natureza Jurídica dos Direitos Fundamentais: regra, princípio ou norma jurídica principiológica?	230
5.4 — Atipicidade dos Direitos Fundamentais	234

5.5 — Classificação dos Direitos Fundamentais.....	237
5.6 — Universalidade como Característica Ínsita aos Direitos Fundamentais	240
5.7 — Relatividade como Característica Inerente aos Direitos Fundamentais	242
5.8 — Distinção entre Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade.....	246

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 6

TEORIA DO PROCESSO PENAL NA PERSPECTIVA DO ESTADO DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL	253
6.1- Neoconstitucionalismo ou Estado Constitucional.....	254
6.2- O Modelo Brasileiro: Estado Democrático Constitucional	257
6.3 — Dimensão Constitucional da Teoria do Processo Penal	260
6.3.1- Finalidade Garantística dos Direitos Fundamentais do Processo Criminal	265
6.3.2- Distinção Ontológica entre os Processos Criminal e Civil.....	267
6.4 — Perspectiva Democrática do Processo Penal.....	273
6.5 — Função Política do Processo	276

CAPÍTULO 7

7. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL.....	281
7.1- Interpretação das Normas e Princípios Constitucionais	283
7.2- Regras Basilares da Hermenêutica Constitucional e dos Direitos Fundamentais	285
7.2.1 — Direitos Fundamentais como Limitações ao Direito de Punir	287
7.2.2 — Relatividade dos Direitos Fundamentais, até mesmo, em Relação ao Direito à Vida.....	289
7.2.3 — Garantia dos Direitos Fundamentais como Regra a Ser Observada no Processo Penal, Somente Podendo Ser Autorizada a Supressão Temporária Quando Houver Justificativa para a Determinação	295

7.2.3.1 — Órgãos Legitimados a Decidir sobre a Possibilidade de Quebra das Garantias Constitucionais Consubstanciadas nos Direitos Fundamentais	299
7.2.3.1.1- Comissões Parlamentares de Inquérito.....	301
7.2.3.1.2- Reserva de Jurisdição Quanto à Flexibilização de Direitos Fundamentais	304
7.2.3.1.3- Flexibilização dos Direitos Fundamentais em Decorrência do Exercício do Poder de Polícia, sem a Prévia Autorização Judicial	308
7.2.3.1.3.1- Casos Expressos na Constituição em que, no Exercício do Poder de Polícia, É Possível a Flexibilização de Direitos Fundamentais, sem a Prévia Autorização Judicial	313
7.2.3.1.3.2- Outras Hipóteses em que, no Exercício do Poder de Polícia, É Possível a Flexibilização de Direitos Fundamentais, sem a Prévia Autorização Judicial	314
7.2.3.1.3.4- Inidoneidade do Ministério Público para Determinar a Flexibilização de Direito Fundamental	316
7.2.3.2- Necessidade de Decisão Fundamentada, mediante a Exposição dos Motivos que Justificam a Flexibilização de Direito Fundamental.....	319
7.2.3.2.1- Impossibilidade de Supressão da Exigência da Decisão Fundamentada pela Realização da Diligência Investigatória pelo Próprio Juiz	322
7.2.3.2.2- Malferição ao Princípio da Imparcialidade do Juiz, Quando a Flexibilização de Direito Fundamental, ao Invés de Determinada em Decisão Judicial, É Materializada pelo Próprio Julgador, em Diligência por Ele Comandada.....	324
7.2.3.2.3- Inconstitucionalidade do art. 3º da Lei nº 9.034, de 1995, ao Impor ao Juiz que Ele, Sempre que Houver a Possibilidade de Comprometer Sigilo Constitucional, Realize a Diligência de Coleta das Provas	326
7.2.4 — Colisão de Direitos e Critério da Ponderação como Parâmetro para a Decisão pela Flexibilização de Direito Fundamental.....	329
7.2.5 — Os Direitos Fundamentais, Declarados em Forma de Princípios Constitucionais do Processo Criminal, na Qualidade de Normas que Ocupam a Posição Hegemônica no Sistema Jurídico	336



7.2.6 — Incidência das Declarações Internacionais entre as Garantias Constitucionais Mínimas	337
--	-----

CAPÍTULO 8

PREMISSAS INTERPRETATIVAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	343
8.1 — Sistema Democrático-Constitucional	346
8.2 — Fundamentos do Sistema Democrático-Constitucional	348
8.2.1 — Soberania como Princípio que Determina a Extensão da Atividade Jurisdicional	350
8.2.1.1 — Natureza Jurídica da Norma que Estabelece os Limites da Soberania Jurisdicional	353
8.2.1.2 — (Ir)Renunciabilidade ao Exercício da Jurisdição Brasileira...355	
8.2.1.3 — Tribunal Penal Internacional.....	358
8.2.1.3.1- Cooperação Jurídica Internacional por meio dos Órgãos Jurisdicionais Internos.....	361
8.2.1.3.1.1- Cooperação Jurídica Internacional por Assistência Direta	365
8.2.1.3.1.2- Competência e Recursos no Processo Criminal de Cooperação Jurídica Internacional.....	371
8.2.2 — Cidadania como Princípio Retor do Processo Penal	375
8.2.3 — Dignidade da Pessoa Humana	381
8.2.3.1- Dignidade Humana no Tratamento Dispensado ao Acusado e ao Condenado	384
8.2.3.2 — Medidas Alternativas como Tratamento mais Digno ao Condenado	392
8.2.3.3 — Linguagem Jurídico-Penal	395
8.2.4- Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa.....	398
8.3- Objetivos Fundamentais do Sistema Democrático-Constitucional	401
8.3.1- Construção de uma Sociedade Livre, Justa e Solidária.....	401
8.3.2- Erradicação da Pobreza e da Marginalização e Redução das Desigualdades Sociais.....	403
8.3.3- Promoção do Bem de Todos, sem Preconceitos de Origem, Raça, Sexo, Cor, Idade e Quaisquer Outras Formas de Discriminação.....	407



CAPÍTULO 9

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	409
9.1- Princípio do Devido Processo Legal: origem e definição	412
9.1.1- Devido Processo Legal como Garantia de que a Persecução Acusatória seja Processualizada como Condição para a Busca da Responsabilidade Criminal.....	419
9.1.2- Devido Processo Legal em Casos Especiais e nas Tutelas de Urgência	421
9.1.3- Devido Processo Legal no Estado Democrático-Constitucional como Forma de Encontrar Alternativas para a Resposta à Criminalidade.....	423
9.1.3.1- Juizado Especial como Função Política Despenalizante da Conduta Ilícita, no Caso Concreto	424
9.1.3.1.1- Natureza Jurídica Despenalizante das Medidas Alternativas e sua Distinção das Penas Alternativas	430
9.1.3.1.2- Juizado Especial como Devido Processo Legal para os Crimes de Menor Potencial Ofensivo.....	436
9.1.3.1.3- Dever do Ministério Público de Propor a Transação, desde que Satisfeitas as Condições Previstas na Lei.....	438
9.1.3.1.4- Direito Subjetivo do Autor do Fato a Ter a sua Conduta Despenalizada, Quando Satisfeitas as Condições Previstas na Lei	440
9.1.3.1.5- Possibilidade de o Juiz Deferir o Pedido do Autor do Fato de Despenalização da Conduta por Meio do Processo, Mesmo Diante da Recusa da Transação Criminal pelo Ministério Público.....	443
9.1.3.1.5.1- Despenalização da Conduta por Meio do Processo, Independentemente da Transação Criminal.....	446
9.1.3.1.5.2- Natureza Processual da Fase Preliminar do Juizado Especial.....	448
9.1.3.2- Suspensão Condicional do Processo como Medida Despenalizante	451
9.1.4- Celeridade Processual como Elemento Indispensável para a Eficiência do Processo Criminal e como Direito do Acusado de Ser Julgado dentro de Prazo Razoável	454
9.1.5- A publicidade dos Atos Processuais	460
9.1.5.1- Princípio da Publicidade dos Atos Processuais e Vedação da Prestação de Informações.....	467



9.1.5.2- Informatização do Processo e Direito de Acesso à Informação	469
9.1.5.3- Dever de Motivação das Decisões Judiciais	470
9.1.6- A Nulidade das Provas Obtidas por Meio Ilícito como Conseqüência do Devido Processo Legal	471
9.1.6.1- Teoria da <i>Exclusionary Rule</i>	476
9.1.6.1.1- A Adoção da Teoria da <i>Exclusionary Rule</i> no Direito Comparado	481
9.1.6.1.2- A Inadmissibilidade das Provas Obtidas por Meios Ilícitos no Sistema Jurídico Nacional	486
9.1.6.2- As Exceções às <i>Exclusionary Rules</i>	497
9.1.6.2.1- A Fonte Independente (<i>Independent Source</i>)	500
9.1.6.2.2- O Descobrimento Inevitável (<i>Inevitable Discovery</i>)	505
9.1.6.2.3- A Boa-Fé (<i>Good Faith</i>)	507
9.1.6.2.4- A Doutrina do <i>Purged Taint</i> ou dos Vícios Sanados	511
9.1.6.2.5- A Prova Benéfica em Prol do Acusado	513
9.1.6.2.6- O Princípio da Proporcionalidade ou do <i>Balancing Test</i> ...	516
9.1.6.2.7- A Destruição da Mentira do Imputado	519
9.1.6.2.8- A Teoria do Risco	521
9.1.6.2.9- A <i>Plain View Doctrine</i> e os Campos Abertos	523
9.1.6.2.10- A Renúncia do Interessado	525
9.1.6.2.11- A Infração Constitucional Alheia	526
9.1.6.2.12- A Infração Constitucional por Pessoas que Não Fazem Parte do Órgão Policial	527
9.2- Princípio da Presunção de Não-Culpabilidade	530
9.2.1- Posição da Doutrina e da Jurisprudência Quanto à Nomenclatura Presunção de Não-Culpabilidade ou Presunção de Inocência	533
9.2.2- Princípio da Presunção de Não-Culpabilidade como Expressão mais Correta	537
9.2.3- A Verdade Real, <i>In Dubio Pro Reo</i> ou <i>Favor Rei</i> como Decorrência do Princípio da Não-Culpabilidade e seu Alcance em Relação à Prova	542
9.2.4- O Alcance do Princípio da Presunção de Não-Culpabilidade e sua Inaplicação às Atuações da Autoridade Policial e do Ministério Público	545



9.2.5- O Princípio da Presunção de Não-Culpabilidade e a sua Repercussão no Tratamento Dado às Partes na Relação Processual...	547
9.2.6- A Presunção de Inocência como Garantia contra a Instauração de Inquérito ou de Processo Criminal sem Justa Causa	552
9.3- Princípio Acusatório	553
9.3.1- Resquícios do Sistema Misto no Código de Processo Penal	557
9.3.2- Poderes Investigatórios na Fase Preparatória à Ação Penal, de Acordo com o Sistema Acusatório	564
9.3.2.1- Inexistência de Privatividade da Polícia Judiciária para a Investigação dos Crimes (Persecução Criminal Extraprocessual)	565
9.3.2.2- Os Poderes Investigatórios do Ministério Público	570
9.3.2.2.1- Argumentos que Confirmam os Poderes Investigatórios do Ministério Público	576
9.3.2.2.2- Poderes Investigatórios do Ministério Público no Direito Comparado	584
9.3.2.3- Princípio Acusatório e Vedação do Juízo de Instrução	586
9.3.3- Legitimidade para a Persecução Criminal Perante o Judiciário ...	591
9.3.3.1- Sistema Acusatório Quanto à Titularidade para o Ajuizamento de Ação Penal	596
9.3.3.2- Ação Penal Pública como Espécie de Ação Coletiva.....	598
9.3.3.3- Incongruência da Ação Penal de Iniciativa Privada com o Sistema Processual Democrático	599
9.3.3.4- Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada à Representação como Forma Adequada de Conciliar os Interesses da Vítima com o Sistema Processual Democrático	603
9.3.3.5- Participação da Vítima no Processo como Direito de Cidadania e de Amplo Acesso ao Poder Judiciário, Idéia Nuclear da <i>Justiça Restaurativa</i>	605
9.4- Princípio do Direito à Intimidade em Geral	610
9.4.1- Direito à Vida Privada	619
9.4.2- Direito à Imagem.....	623
9.4.3- Garantia do Sigilo Bancário	626
9.4.3.1- Dever de Perquirir a Origem dos Recursos e de Dar Informações	629
9.4.3.2- Hipóteses de Prestação de Informações Bancárias Independentemente de Autorização Judicial, Previstas na Lei Complementar nº 105, de 2001	631



9.4.3.3- Quebra do Sigilo Bancário por Determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito	634
9.4.4- Garantia do Sigilo Fiscal.....	637
9.4.5- Inviolabilidade do Domicílio	639
9.4.5.1- Garantia da Inviolabilidade do Domicílio na Constituição de 1988.....	642
9.4.5.2- Conceito Constitucional da Expressão <i>Casa</i>	643
9.4.5.3- O Alcance da Expressão <i>Morador</i>	650
9.4.5.3.1- Preponderância do <i>Jus Prohibendi</i> , no Caso de Discordância entre os Moradores.....	651
9.4.5.3.2- Espaço do Empregado e <i>Jus Prohibendi</i>	654
9.4.5.4- Compreensão do Significado da Expressão <i>Noite</i> , Empregada no Inciso XI do art. 5º da Constituição	655
9.4.5.5- Determinação Judicial Substitutiva do Consentimento do Morador.....	658
9.4.6- Sigilo das Correspondências e das Comunicações Telegráficas, de Dados e Telefônicas	661
9.4.6.1- Sigilo das Correspondências, Garantido no Inciso XII do art. 5º da Constituição	666
9.4.6.2- Sigilo das Comunicações de Dados, Garantido no Inciso XII do art. 5º da Constituição.....	669
9.4.6.3- Sigilo das Comunicações Telefônicas, Garantido no Inciso XII do art. 5º da Constituição.....	673
9.4.6.4- O Tratamento Dispensado ao Sigilo da Correspondência e das Comunicações no Direito Estrangeiro	675
9.4.6.5- Assertivas que Infirmam o Caráter Absoluto do Sigilo da Correspondência e das Comunicações Telegráficas e de Dados	680
9.4.6.5.1- Interpretação Sistemática da Expressão <i>(Salvo) no Último Caso</i> , Prevista no Inciso XII do art. 5º da Constituição	687
9.4.6.5.2- Interpretação Literal que Conduz à Conclusão Lógica de que a Ressalva Contida no Inciso XII do art. 5º da Constituição Encerra Cláusula de Reserva de Jurisdição quanto à Comunicação Telefônica.....	691
9.5- Princípio da Ampla Defesa	694
9.5.1- Direito Fundamental que Está Expresso, no Processo Criminal, apenas em Relação ao Acusado	698
9.5.1.1- Diferença de Conteúdo entre a Ampla Defesa no Processo Criminal e no Processo Civil.....	701



9.5.1.2- Direito à Autodefesa Consistente no Direito de Ser Intimado dos Atos do Processo, de Participar das Audiências e ao <i>Jus Postulandi</i> , como Decorrência da Amplitude do Direito de Defesa no Processo Criminal	705
9.5.1.3- Distinção entre Ampla Defesa e Plenitude de Defesa.....	717
9.5.1.4- As Peculiaridades do Direito à Ampla Defesa no Processo Criminal e sua Repercussão nos Efeitos da Revelia	721
9.5.2- Direito ao Silêncio ou de Permanecer Calado	725
9.5.2.1- Direito ao Silêncio (de Permanecer Calado) que se Traduz em Direito de Não Produzir, à Força, Prova contra si.....	730
9.5.2.2- Direito ao Interrogatório como Materialização da Autodefesa e Decorrência Lógica do Direito ao Silêncio	741
9.5.2.3- Exercício do Direito ao Silêncio que Não Pode Servir de Fundamento para a Condenação do Acusado	750
9.5.2.4- Direito da Pessoa de Ser Ouvida Perante o Responsável pela Acusação, Antes do Oferecimento da Denúncia.....	758
9.5.2.5- Incentivos Legais à Confissão, como Forma de Premiação ao Acusado e, por Via Reflexa, de Exercício, ainda que Indireto, do Direito de Defesa	761
9.5.3- Direito de Recorrer (Duplo Grau de Jurisdição) como Expressão do Princípio da Ampla Defesa	766
9.5.3.1- Direito ao Duplo Grau de Jurisdição.....	770
9.5.3.2- Ofensa ao Princípio da Ampla Defesa do Prévio Recolhimento à Prisão como Requisito Objetivo para a Admissibilidade do Recurso	775
9.5.4- Inviolabilidade da Advocacia	781
9.5.4.1- Imunidade Judiciária como Corolário Lógico da Inviolabilidade do Exercício da Advocacia.....	786
9.5.4.2- Inviolabilidade do Escritório de Advocacia, dos Arquivos e Dados, da Correspondência e Comunicações, Incluídas as Telefônicas ou Afins.....	788
9.6- Princípio da Liberdade	793
9.6.1- Prisão Processual no Direito Comparado.....	795
9.6.2- Histórico do Sistema Prisional no Direito Constitucional Brasileiro.....	801
9.6.3- Sistema Prisional no Código de Processo Penal de 1941	809
9.6.4- Mudanças Operadas no Sistema Prisional do Código de Processo Penal.....	813



9.6.5- Tratamento Dispensado pela Constituição de 1988 à Prisão Processual	821
9.6.5.1- Prisão com Ordem Judicial	825
9.6.5.1.1- Prisão Preventiva	828
9.6.5.1.2- Prisão Temporária	833
9.6.5.1.3.- Prisão com a Sentença Passível de Recurso	841
9.6.5.1.3.1- Necessidade de Fundamentação da Prisão Imposta com a Sentença Recorrível	849
9.6.5.1.3.2- Prisão com a Sentença Condenatória nos Casos de Crime Hediondo e a Ele Equiparados (Lei nº 8.072, de 1990), de Crime Organizado (Lei nº 9.034, de 1995) e de “Lavagem” ou Ocultação de Bens Direitos e Valores (Lei nº 9.613, de 1998.....	858
9.6.5.1.4- Prisão com a Decisão de Pronúncia.....	864
9.6.5.1.5- Alternativas à Prisão Processual no Direito Comparado....	867
9.6.5.1.6- Adoção de Medidas Alternativas à Prisão Processual no Sistema Brasileiro.....	873
9.6.5.2- Prisão (Detenção) sem Ordem Judicial	875
9.6.5.2.1- Natureza Jurídica da Detenção em Flagrante	878
9.6.5.2.2- Requisitos Constitucionais-Formais Necessários à Legalidade da Detenção em Flagrante	882
9.6.5.2.2.1- Comunicação Imediata da Detenção ao Juiz, à Família ou à Pessoa de Confiança e ao Ministério Público.....	887
9.6.5.2.2.2- Relaxamento da Prisão como Conseqüência da Ilegalidade da Prisão sem Ordem Judicial	894
9.6.5.2.2.3- Direito à Liberdade Provisória com ou sem Fiança	898
9.6.5.2.2.3.1- Vedação à Liberdade Provisória	900
9.6.5.2.2.3.2- Fiança como Cautela para Assegurar o Direito de Liberdade	909
9.6.5.3- Responsabilidade Civil do Estado Decorrente da Prestação Jurisdicional Criminal	914
9.6.5.3.1- Ressarcimento por Condenação Oriunda de Erro Judiciário	918
9.6.5.3.2- Ressarcimento por Dano Decorrente de Prisão Indevida	921
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	925

